

JORNAL CIDADES

ILMO. SR. PREGOEIRO NOMEADO PARA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 059/2017 DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL N. 059/2017

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.512.930/0001-24, com sede na Rua Olavo Bilac, n. 435, bairro Zenha, CEP: 90040-310, em Porto Alegre - RS, vem à presença de Vossa Senhoria, forte no art. 41 da Lei 8.666/93, **IMPUGNAR O EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

I - SÍNTESE FÁTICA

Conforme se depreende do Edital, o objeto desta licitação é "Prestação de serviços de publicação de matérias referentes às licitações (editais, extratos de contratos, dispensas e inexigibilidades), editais de concurso público, editais de citação (nomeações), divulgações e demais atos administrativos e oficiais do SAMAE, em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Caxias do Sul, em dias úteis".

Pelo que se percebe do edital, esta licitação visa atender o disposto no art. 21, III da Lei 8.666/93, que exige publicação dos atos especificados neste dispositivo legal em jornal diário de circulação no Estado.

Ocorre que, os itens 4.3, 7.8 e o parágrafo 1º da cláusula 4ª do anexo VI, dão a definição de Jornal de Grande Circulação Estadual, da seguinte forma:

"As proponentes deverão obedecer ao artigo 21, inciso III, da Lei nº. 8.666/93, considerando-se como jornais de grande circulação, aqueles filiados ao Instituto

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA. Rua Olavo Bilac, 435 - Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90040-310

Tel/Fax: (51) 3221-8633 CNPJ: 00.512.930/0001-24 e-mail: jornalidades@jornalidades.com.br

Luiz

No entanto, como se passa a demonstrar, tal exigência está em total desconformidade com a legislação aplicável às Licitações.

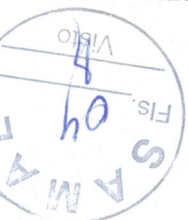
II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente cabe referir a pertinência da exigência constante no edital no que diz respeito a comprovação de grande circulação do jornal no Estado, pois é exigência relacionada ao objeto da licitação e está em conformidade com o disposto no art. 3º, I, § 1º da Lei 8.666/93.

Ocorre que, o edital previu outras exigências que desbordam do objeto da presente licitação, quais sejam, aquelas previstas nos itens 4.3, 7.8 e o parágrafo 1º da cláusula 4ª do anexo VI, do edital, as quais determinam que os licitantes sejam filiados ao Instituto Verificador de Circulação IVC e, para habilitação devem apresentar os documentos que comprovem a referida filiação.

Entretanto, a definição constante no Edital no sentido de que somente considera-se como jornais de grande circulação aqueles que apresentarem certificado ou certidão expedido pelo Instituto Verificador de Circulação – IVC é completamente ilegal e abusiva, violando frontalmente o art. 3º da Lei 8.666/93, especialmente o inciso I, do seu §1º, visto ser uma previsão que “restringe e frustra o caráter competitivo da licitação” e “estabelece preferências” “impertinente e irrelevante para o específico objeto do contrato”.

A ilegalidade constatada se deve ao fato de que o Instituto Verificador de Circulação – IVC não é um órgão nacional que tenha por função tal auditoria. O referido instituto é apenas uma empresa privada de auditoria que executa tal serviço, de associação não obrigatória, e que não exige limite mínimo de exemplares aos associados, de acordo com as informações extraídas do próprio site¹ do referido instituto.



Não. A associação é espontânea e está condicionada ao fato da empresa candidata atender aos procedimentos especificados nas Normas Técnicas do IVC e ao interesse em demonstrar com credibilidade as informações utilizadas para a comercialização de espaço publicitário.

Existe um limite mínimo de circulação / distribuição para um editor filiar o seu produto ao IVC?

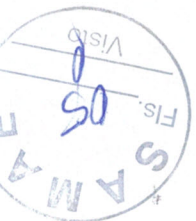
Não existe quantidade mínima de exemplares para filiar-se. O que conta é o interesse da empresa em mostrar com transparência a sua real circulação / distribuição para o mercado. Por exemplo, existem publicações auditadas com circulação / distribuição na faixa abaixo de 1.000 exemplares.

No caso concreto, não se pode descurar do caráter facultativo da associação ao instituto mencionado, de modo que o certificado de circulação emitido por este órgão não se mostra apto a atuar como critério definidor do conceito de grande circulação. Além disso, cumpre esclarecer que não existe lei definindo o conceito de grande circulação no Estado, e tampouco quem estaria apto a atestar esta condição.

Não há dúvidas que o requisito da grande circulação no Estado deve ser tomado em consideração, desde que essa circunstância possa ser provada por meios razoáveis e que não suplantem o caráter competitivo da licitação. Desse modo, não se pode admitir que o órgão público licitador imponha que o licitante seja filiado ao IVC como requisito para a participação em um certame público como é o caso do pregão.

Ademais, ao considerar a filiação ao Instituto Verificador de Circulação – IVC como a única forma de comprovar a grande circulação, torna-se ainda mais clara a ilegalidade da exigência editalícia, pois os licitantes devem ter a liberdade de provar a sua grande circulação no Estado mediante qualquer prova lícita, admitida em direito, não podendo a sua participação no certame ser vinculada à contratação de serviços de uma única empresa privada eleita pelo Edital, no caso o IVC.

Assim, a exigência constante nos itens 4.3, 7.8 e no parágrafo 1º da cláusula 4ª do anexo VI, do edital, fere o disposto no art. 3º, II da Lei 10.520/02, o art. 3º, §1º, I da Lei 8.666/93, bem como o art. 37, XXI da CRFB/88.



Outrossim, do que se observa do documento listado no item 7.8 do edital, o mesmo destina-se a atender o inciso II do artigo 27 da Lei n. 8.666/1993, ou seja, atestar a capacidade técnica dos licitantes.

No entanto, a qualificação técnica da forma que está prevista no edital certamente frustrará a participação de empresas, que detêm condições de cumprir o objeto, porém serão prejudicadas por tal exigência.

As exigências postas no edital, ora impugnado, afrontam a razoabilidade e a finalidade do processo de licitação, eis que são excessivas e impertinentes no que diz com o objeto licitado, ofendendo os princípios da vinculação ao edital e da competitividade (artigo 3º da Lei de Licitações).

Importa destacar, ainda, que quando se reduz o número de competidores, diminuída está a possibilidade de se alcançar a melhor contratação para a Administração Pública (art. 3º da lei n. 8666/93).

Ainda, o ato convocatório viola o princípio da isonomia pois prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração, impondo requisitos desproporcionados, adotando discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.

A competência discricionária da administração não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução

Por fim, é importante referir que a manutenção de tal exigência no edital evidentemente frustra o caráter competitivo da licitação, eis que afasta injustificadamente da concorrência a impugnante, que está apta a prestar o serviço objeto da presente licitação.

III - CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, verificada a inconstitucionalidade e ilegalidade das exigências impostas aos licitantes, impõe-se o provimento da presente impugnação devendo ser suprimidos

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA. Rua Olavo Bilac, 435 - Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90040-310
Tel/Fax: (51) 3221-8633 CNPJ: 00.512.930/0001-24 e-mail: jornalidades@jornalidades.com.br

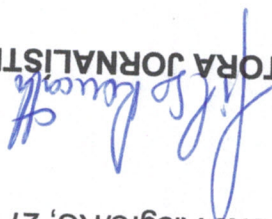
JORNAL CIDADES

os itens 4.3, 7.8 e o parágrafo 1º da cláusula 4ª do anexo VI, os quais definem como jornal de grande circulação aqueles filiados ao Instituto Verificador de Circulação – IVC, para o fim que seja admitida a prova da grande circulação do jornal no Estado, mediante qualquer meio ilícito de prova.

Termos em que pede e espera deferimento.

Porto Alegre/RS, 27 de julho de 2017.

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA



EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA. Rua Olavo Bilac, 435 - Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90040-310
Tel/Fax: (51) 3221-8633 CNPJ: 00.512.930/0001-24 e-mail: jornalidades@jornalidades.com.br

PROCURAÇÃO

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA., com sede nesta capital, na Rua Olavo Bilac, nº 435, inscrita no CNPJ sob o nº 00.512.930/0001-24.

GILSO RONCATTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta Capital na Rua Doutor Dias da Cruz, nº 162, portador da Cédula de Identidade nº 8039521755 emitida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 521.298.100-04.

Para representar a Outorgante em processos de licitação, podendo apresentar os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO; formular e desistir de formular verbalmente lances ou ofertas de preço em licitação Pública; assinar contratos e as respectivas renovações, propostas financeiras, declarações, atas, requerimentos, impugnações, recursos administrativos; estabelecer preços; definir prazos; firmar compromisso; transigir; manifestar e desistir da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão; receber intimações relativas aos aludidos processos; negociar a redução de preço; prestar enfim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; bem como representar perante quaisquer Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, e, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato, podendo inclusive substabelecer.

O presente mandato é válido até o dia 31 de outubro de 2017.

Porto Alegre, 14 de novembro de 2016.

Marli Ribeiro Jarros
EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.

Marli Ribeiro Jarros

OUTORGANTE:

OUTORGADO:

PODERES:

VALIDADE:

8.º TAB.

8.º TAB.

